



INTERFACE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA E O PROJETO PRIMEIRA INFÂNCIA PROTEGIDA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU NO RIO DE JANEIRO

SARA FERREIRA DA SILVA

INTRODUÇÃO: Com a Constituição de 1988 e o Estatuto da criança e do adolescente no Brasil (ECA 1990), o direito da criança vem sido estabelecido através de políticas públicas elaboradas pelas instituições do poder público, profissionais da saúde, comunidade científica e universitária bem como também a sociedade civil militante da causa da infância. Tendo como base os determinantes sociais, as metas internacionais de desenvolvimento humano da ONU (Organização das nações unidas) e os conselhos nacionais sobre o direito da criança, foi instituído em 2015 a Política nacional de atenção integral à saúde da criança que tem como base o atendimento integral e integrado à criança com diretrizes para promoção e proteção a infância em todas as esferas com múltiplos olhares e corresponsabilização do Estado. **OBJETIVO:** Este trabalho tem por objetivo apontar a interface entre a política nacional de atenção integral à saúde da criança e o projeto primeira infância protegida na assistência social e a intersetorialidade dessas políticas. **METODOLOGIA:** O método utilizado para elaboração deste trabalho foi através de uma revisão de literatura em língua portuguesa encontradas em bibliotecas virtuais do Governo Federal: livro do ministério da saúde lançado em 2018 sobre Política nacional de atenção integral à saúde da criança, bem como também dois artigos da Revista Primeira Infância em Foco lançada em 2022 1ª edição cujo as palavras chaves são: Intersetorialidade; políticas públicas; comitês da primeira infância; desenvolvimento; infância e estímulos. **RESULTADOS:** Para neurociência, psicologia, economia e saúde, os cuidados integrativos com a primeira infância resultam em diminuição das desigualdades sociais uma vez que para que o processo de aprendizagem ocorra de forma eficaz é necessário que a criança tenha um bom vínculo com seus familiares como base para desenvolvimento cerebral e que a mesma tenha acesso à saúde, educação, alimentação ou seja à políticas públicas que de modo intersetorial proporcione como estratégia o atendimento integral. **CONCLUSÃO:** Portanto cabe a nós como sociedade científica e civil corroborar para a efetiva funcionalidade dessas políticas e cobrar sempre que possível a atuação do setor público sua responsabilidade para um bom desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Interface, Saúde da criança, Primeira infancia, Assistencia social.